

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SAO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



LIBRAS: as lutas por direitos da pessoa surda em defesa da língua de sinais e da educação bilíngue de surdos

Luiz Eduardo Pereira de Oliveira Lima¹

Maria Alcina Terto Lins²

RESUMO

Artigo organizado com base em pesquisa bibliográfica e documental. Propõe-se uma análise crítica sobre o processo social e histórico de lutas das comunidades surdas, diante de sua singularidade cultural e linguística, frente ao Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo. Toma como referência os tensionamentos entre Estado e sociedade civil, suas contradições diante da defesa e do ensino das línguas de sinais, bem como as mobilizações da comunidade surda. Conclui-se, sob a centralidade do direito constitucional à dignidade humana, que o enfrentamento às barreiras comunicacionais e demais expressões capacitistas estejam alinhadas ao fortalecimento da autonomia expressas em sua emancipação política, tendo como horizonte a emancipação humana.

Palavras-chave: Educação; Direito; LIBRAS; Pessoa surda;

ABSTRACT

This article is based on bibliographic and documentary research. It proposes a thorough analysis regarding the social and historical struggles of deaf communities, considering their cultural and linguistic uniqueness in relation to Oralism, Total Communication, and Bilingualism. It takes into account the tensions between the State and civil society, their contradictions regarding the defense and teaching of sign languages, as well as the mobilizations of the deaf community. It is concluded, under the centrality of the constitutional right to human dignity, that confronting communication barriers and other ableist expressions should be aligned with the strengthening of autonomy expressed in their political emancipation, with human emancipation as the ultimate goal.

Keywords: Education; Law; LIBRAS (Brazilian Sign Language); Deaf person.

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, Brasil). Professor da Secretaria Municipal de Educação de Maceió (SEMED/Maceió, Alagoas, Brasil). Integrante do Grupo de Pesquisa Serviço Social Trabalho, Profissão e Políticas Sociais da FSSO/UFAL. E-mail: luiz.lima@fssso.ufal.br

² Mestre e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, Brasil). Professora e pesquisadora da Faculdade de Serviço Social de Alagoas (FSSO/UFAL, Brasil). Líder do Grupo de Pesquisa Serviço Social Trabalho, Profissão e Políticas Sociais da FSSO/UFAL. E-mail: maria.lins@fssso.ufal.br

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

O presente texto sistematiza elementos do processo histórico de luta das comunidades surdas, diante de sua singularidade cultural e linguística, frente ao Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo. A investigação evidenciou, durante a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, na graduação em Serviço Social, a problemática de analisar a trajetória da educação de pessoas surdas demarcada pelas contradições do capitalismo. Para tanto, ao analisar as estruturas contraditórias da sociabilidade burguesa, tornou-se evidente os processos de segregação vivenciados pelas pessoas surdas ao longo do desenvolvimento econômico e social, tanto na realidade mundial, quanto na particularidade brasileira.

O referido estudo materializado por meio de pesquisa bibliográfica e documental possibilitou compreender que as lutas das comunidades surdas compõem também a luta histórica da classe trabalhadora diante da dinâmica social e coletiva frente aos tensionamentos da relação capital e trabalho, ou seja, é necessário perceber a luta da comunidade surda como composição da dinâmica social e coletiva, na busca por direitos, demarcada pelos limites da emancipação política. O estudo revelou ainda, que a educação de surdos expõe uma demanda urgente que relaciona a política de educação e seu papel promotor da autonomia de pessoas surdas na sociedade. Pensar que essa trajetória ainda ecoa exclusão e barreiras sociais contra pessoas com deficiência, é problematizar de que forma a sociedade capitalista acentua os processos de desigualdade, injustiça e segregação social.

A surdez por diversos períodos históricos foi entendida como motivo para exclusão social, abandono e morte. O processo para as primeiras práticas de educação de surdos evidencia lutas e mobilizações por outras perspectivas políticas, econômicas e sociais que permeiam as metodologias de educação de surdos.

Filosofias educacionais como o Oralismo, a Comunicação Total e o Bilinguismo traçam as contradições das primeiras práticas educativas, nos convidando a refletir o lugar em que o surdo é colocado na sociedade e como o direito à educação chega a essas pessoas. Inicialmente, na Europa, a educação de surdos foi pensada de forma

PROMOÇÃO



APOIO



restrita, catequizadora e elitista, o mesmo acontece ao ser fundada a primeira escola de educação de surdos no Brasil durante o período imperial.

No Brasil, até que se proponha uma política de educação bilíngue de surdos, avanços, regressos, resistências e desafios expõem as relações entre Estado e sociedade civil. As mobilizações da comunidade surda brasileira apontam o tardio reconhecimento linguístico pelo Estado, a afirmação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como uma língua, que só se efetiva nacionalmente a partir de 2002 diante da luta coletiva de pessoas surdas pelo reconhecimento da Libras como a língua oficial dos povos surdos brasileiros, além das lutas exigindo uma educação bilíngue, essa que tenha a Língua de Sinais (LS) como língua de instrução, seguida da Língua Portuguesa (LP) como língua na modalidade escrita.

2 DO ORALISMO E DA COMUNICAÇÃO TOTAL AO BILINGUISTO

Segundo a Organização Mundial de Saúde (2021), temos atualmente, em todo planeta, 1,5 milhão de pessoas com algum grau de surdez, o Relatório Mundial Sobre a Audição de 2021, apontado pela mesma instituição, prevê que até o ano de 2050 esse número alcance 2,5 bilhões de pessoas que possam viver com algum grau de deficiência auditiva. O número de pessoas surdas sempre foi grande, embora para muitos passem despercebidas, a população surda e ensurdecida sempre foi um número ignorado pela sociedade majoritária ouvinte. Skliar (2016) revela que esse padrão de silenciamento é resultado do ouvintismo³, que são representações dos ouvintes sobre a surdez e sobre os surdos. O mesmo autor admite também que o oralismo é a forma institucionalizada do ouvintismo, presente nos discursos hegemônicos por todo o mundo.

A respeito da leitura médica e patologizante sobre a surdez, Skliar (2016) anuncia que a história da educação de surdos marcou a conversão conflituosa de clínica terapêutica em espaço escolar, uma mistura sincrética entre espaço educativo e espaço médico-hospitalar, o que é apontado pelo autor como

³ Segundo Skliar (2016, p. 15), o ouvintismo “trata-se de um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte. Além disso, é nesse olhar-se, e nesse narrar-se que acontecem as percepções do ser deficiente, do não ser ouvinte; percepções que legitimam as práticas terapêuticas habituais.”

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

uma das causas fundamentais na produção do holocausto linguístico, cognitivo e cultural que viveram os surdos. Situação essa que pode ser comparada àquela que também viveram outras comunidades, definidas como subalternas, como por exemplo, os indígenas, os negros, as mulheres, os loucos, etc.(SKLIAR, 2016, p. 16)

A legitimação do ouvintismo e do oralismo se deu a partir do Congresso de Milão de 1880, marco definidor em que práticas e políticas educacionais de surdos foram pautadas na proibição das línguas de sinais, passíveis de castigo corporal e com metodologias brutais de adequação ao perfil de uma pessoa ouvinte.

Conforme Madson Barreto e Raquel Barreto (2015) foi através do II Congresso Internacional de Educadores de Surdos, em Milão na Itália, ocorrido em 1880, que, foi rompido o desenvolvimento de ensino e pesquisas nas áreas de surdez, Língua de Sinais e afins. Debates e votações marcaram o Congresso, que contou com a presença de educadores de surdos vindos de 27 países. Para Streiechen (2017, p. 21), “o principal objetivo do Congresso era extinguir a língua de sinais e propor uma Metodologia Oralista.”

Os poucos professores surdos não puderam votar em quais metodologias deveriam ser usadas pelas escolas para a educação de surdos, na verdade, foram considerados inválidos. O Congresso de Milão focou em questões do Oralismo, a filosofia que, segundo Kuchenbecker (2006), enfatiza o uso da fala em detrimento da língua de sinais. Veloso e Maia Filho (2009, p.39) enfatizam que as decisões tomadas no Congresso de Milão alimentaram estigmas sobre a língua de sinais, pois foi concluído erroneamente que ela “destruía a capacidade da fala dos surdos, argumentando que os surdos são ‘preguiçosos’ para falar, preferindo usar a língua de sinais”.

O Oralismo determina que o domínio da língua oral é condição determinante para que o surdo seja aceito dentro da sociedade, esta que é majoritariamente ouvinte, portanto, deve-se estimular a oralidade. Faz parte da filosofia oralista a proibição do uso das línguas de sinais, pois para os oralistas, a integração dos surdos na comunidade ouvinte se dá através da fala e aproximá-lo de outras ‘linguagens’ não irá promover o uso da voz.

PROMOÇÃO



APOIO



Oliver Sacks (2010, p. 35) expõe que o Congresso de Milão foi “condizente com o espírito da época, seu arrogante senso da ciência como poder, de comandar a natureza e nunca se dobrar a ela”. O Congresso priorizou a década do telefone, marco tecnológico, que alinhado com Oralismo trouxe consequências negativas a respeito da empregabilidade de surdos na Europa, visto que a proporção de professores surdos foi diminuindo anualmente.

A maioria dos defensores do oralismo não reconhece que a língua de sinais é realmente uma língua, alerta Goldfeld (2002). Tamanha invalidação alimentada desde o Congresso de Milão deixa consequências até os dias de hoje. Por quase 90 anos, desde o Congresso de 1880, essa negação demandou uma disputa científica em diversas áreas de conhecimento, sobretudo entre linguistas clássicos e sociolinguistas. Como por exemplo, o pesquisador William Stokoe, que conseguiu convencer a comunidade científica que uma língua de sinais possui características próprias tal como uma língua oral, portanto deveria ser reconhecida como língua.

É importante destacar que as línguas de sinais não deixaram de existir durante os anos de imposições oralistas, pois ainda sob proibições, as crianças continuavam a usá-las nos corredores da escola e principalmente nas ruas. Porém, o impacto das instituições de educação de surdos proibirem o uso da língua de sinais refletiu na leitura marginalizada dos sinais.

Com a filosofia da Comunicação Total, a língua de sinais foi muitas vezes reduzida a mímicas, gestos e brincadeiras. Esse equívoco, embora houvesse a finalidade de “alcançar a comunicação”, não significou que a Comunicação Total promovia a defesa cultural e linguística das línguas de sinais.

Sob equívocos e descontentamentos, surdos denunciavam de forma inquietante, frente ao subjugamento de seus corpos e pela defesa de sua língua. Sacks (2010) usa o termo despatologização, para marcar o momento de ativismo e exigências, já que até meados do século XIX, ainda prevalecia o olhar penoso de que “surdos devem ser gráficos, ou trabalhar nos correios, fazer serviços ‘humildes’ e não aspirar à educação superior” (SACKS, 2010, p.127)

A despatologização caminhou no enfrentamento de atitudes capacitistas, estas que estavam presentes inclusive nos espaços acadêmicos, como na Universidade de Gallaudet. Conforme afirma Oliver Sacks (2010), a organização de estudantes surdos

PROMOÇÃO

APOIO





foi importante para denunciar o descontentamento com a falta de representatividade surda nos cargos de liderança da universidade para surdos. É conhecida como a revolta dos surdos de Gallaudet, o período de exigência de um/uma reitor/a surdo/a, além de outras pautas que pudessem promover o orgulho surdo e as Línguas de Sinais. O resultado das mobilizações foi a posse do reitor King Jordan, que assumiu grandes feitos que promoveram a dignidade da comunidade surda norte-americana, como se aproximar das crianças da escola primária e apresentar-se, em língua de sinais, para as crianças, estas que muitas vezes só descobrem que existem surdos adultos depois de crescidas. Outro destaque marcante do protagonismo surdo foi o início dos discursos de formatura feitos na Língua Americana de Sinais (ASL), Sacks (2010) reitera que essa foi a primeira vez em 120 anos, que os discursos passaram a ser sinalizados.

Sacks (2010) conta que uma nova 'imagem' e um novo movimento ultrapassava as barreiras da universidade de Gallaudet e inspirava outros países, tanto no âmbito político e social, como educacional, pois surgiam as pautas e exigências de uma educação bilíngue, fundamentadas e fortalecidas nas pesquisas de surdos estudiosos e defensores do ensino das línguas de sinais.

No que se refere ao Bilinguismo, esta é uma filosofia educacional que apresenta o princípio básico de que o surdo deve ser bilíngue, Goldfeld (2002) aponta que a pessoa surda deve adquirir a língua de sinais como língua materna, "que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial de seu país." (GOLDFELD, 2002, p.42)

Sob a perspectiva bilíngue, as línguas de sinais não se limitam a um código meramente reproduzidor de letras do alfabeto, nem são mímicas ou gestos. Trata-se de uma língua visual e espacial que possui gramática própria, variações e vida, como toda língua que segue em constante transformação. Essas são algumas características em comum entre as línguas de sinais das comunidades surdas que vivem em diversos países, sobretudo, é importante destacar que cada país possui sua língua de sinais.

A pesquisadora Audrei Gesser (2009) ressalta que há países que possuem mais de uma língua de sinais, bem como há nações que possuem variações de sinais e regionalismos, ou seja, deve-se desmistificar a imaginação que todos os surdos do

PROMOÇÃO

APOIO





mundo usam a mesma língua de sinais para se comunicar. A língua de sinais não se origina de uma língua oral, admite Gesser (2009). Ao olharmos para o Brasil, nossa língua oral-auditiva é a Língua Portuguesa, ela é a língua majoritariamente falada, mas isso não significa que existe uma unidade linguística do Brasil.

As imposições linguísticas fazem parte da violenta história do Brasil, que resulta hoje na Língua Portuguesa como língua oficial do Brasil, embora possua influências étnico-culturais, existe uma aculturação das várias línguas indígenas e de povos traficados do continente africano para o território brasileiro. O mesmo acontece no contexto das línguas de sinais conforme anuncia Quadros e Leite (2013), a respeito do “risco por diferentes fatores, como o genocídio linguístico”, as autoras referem-se à proibição das línguas de sinais no século XX, bem como a marginalização das comunidades surdas, Quadros e Leite (2013) ainda denunciam que esse processo resultou na exclusão da escolarização e na dominação das línguas majoritárias nos meios de comunicação.

Distante de alcançar uma educação bilíngue, em 1911, segundo Goldfeld (2002), com a tendência mundial do Oralismo puro na educação de surdos, a língua de sinais resistiu em sala de aula até 1957, sobretudo pela resistência das pessoas surdas em usar a língua de sinais, ainda que fora da sala de aula, nos pátios e corredores da escola. Acrescentando, Gesser (2009, p.9) alerta que somente “na década de 1960, foi conferido à língua de sinais o status linguístico, e, ainda hoje, mais de quarenta anos passados, continuamos a afirmar e reafirmar essa legitimidade.” É somente a partir de sua defesa linguística que o aprofundamento da proposta de educação bilíngue ganha força para ser defendido pelo mundo. Pensar o bilinguismo como pauta do movimento das comunidades surdas pelo mundo é destacar o respeito e defesa das diferenças linguístico-culturais.

3 A LUTA PELA EDUCAÇÃO BILÍNGUE COMO UM DIREITO DA PESSOA SURDA

Considerando a realidade vivenciada pelas pessoas com deficiência (PCD) e seu direito à educação, em uma sociedade de contradições capitalistas, o cumprimento das leis se faz extremamente necessários frente aos históricos processos de exclusão social, para promover proteção, acesso, permanência e

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

desenvolvimento de PCD na escola. Quando falamos de Surdos e PCD auditiva⁴, nos deparamos com barreiras comunicacionais que historicamente impedem a vida social de surdos no Brasil.

Segundo a Agência Brasil (2019), o Brasil possui mais de 10 milhões de pessoas com deficiência auditiva e/ou surdas, esse número pode ser ainda maior com a subnotificação e pelo não diagnóstico médico. Outros indicadores relacionados a PCD no Brasil são os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que apontavam, que em 2010, mais de 45 milhões de PCD no Brasil, porém em 2018, esse número diminuiu drasticamente para pouco mais de 12 milhões de PCD no Brasil comparado aos dados do IBGE em 2010. Essa subnotificação é notória, visto que foram excluídos dos registros, pessoas que possuem alguma dificuldade de realizar atividades, como também PCD que acessavam recursos assistivos foram cortados desses dados por admitirem não possuir dificuldades desde que tenham recursos que garantam sua inclusão.

É fundamental entender que as PCD não deixam de ser PCD por causa do simples acesso ao recurso assistivo material, como óculos, lente, rampa, cadeira de rodas, muleta, tablet, *app* ou instrumento tecnológico, ou o acesso ao recurso assistivo humano, como no caso dos profissionais especialistas, como Instrutores e Intérpretes de Libras. Esses recursos diminuem as dificuldades e barreiras que essas pessoas encontram nos ambientes, instituições e pessoas, mas não se deve reduzir PCD a mera dificuldade de execução de atividades. Tal leitura do IBGE carrega subnotificação de dados que pode ser maior do que apresenta nos censos.

O desafio de pensar a política de educação de surdos no contexto brasileiro aponta desde sua primeira instituição responsável pela educação de surdos, a ideal educação pautada na equidade, ou seja, uma política que deve ser pensada a partir da pessoa surda e de sua primeira língua, a Libras. A Língua Brasileira de Sinais (Libras), é afirmada por Quadros (2019, p. 17) como “uma língua visual-espacial. Exibe-se em uma modalidade que utiliza o corpo, as mãos, os espaços e a visão para

⁴ O movimento surdo brasileiro vem se fortalecendo a ideia de unidade entre todas pessoas acometidas pela surdez, seja profunda, severa, moderada ou leve, essa unidade tem referência no movimento surdo norte-americano já enunciado por Sacks (2010), com o uso da palavra Surdo/a e Surdez com iniciais maiúsculas, sobretudo para diferenciar da leitura patologizante.

PROMOÇÃO

APOIO





se produzida e percebida.” A mesma autora afirma que a Libras é uma língua dotada aspectos linguísticos comuns a outras línguas, bem como as unidades mínimas que se combinam para formar palavras, padrões prosódicos, combinações para formar enunciados, proposições que podem ser analisadas pela semântica e pragmática, além de questões de ordem sociolinguísticas que também estão presentes na Libras. A autora reforça que seu status linguístico é crescente e fortalecido por pesquisas.

Contudo, há estudos que apontam que há políticas educacionais que inviabilizam a aquisição de linguagem de crianças surdas, principalmente quando a criança não acessa instrutores, tradutores intérpretes de Libras e demais profissionais proficientes em língua de sinais (QUADROS, 2019). A autora ainda destaca as crianças surdas que não se desenvolvem próximas a seus pares linguísticos, no caso de outras crianças surdas, quase sempre crianças surdas filhas de adultos ouvintes. Ronice Quadros (2019) revela também que há um grande número de crianças surdas que só têm contato com a Libras tardiamente, sequer conhecem adultos sinalizantes da Libras e isso traz comprometimentos de ordem linguística e cognitiva. Lacerda (2016) concorda ao afirmar que:

é indispensável a convivência com pares no interior da sala de aula, pois uma criança sozinha, usuária de outra língua, torna-se marginal aos processos de socialização e aprendizagem, caso não tenha pares em sua língua para interagir e trocar experiências discursivas. (LACERDA, 2016, p. 16)

Outra barreira está nos meios de comunicação e nas redes sociais, produções visuais, jornais e telejornais, programas de TV, plataformas *streaming*, canais de *YouTube*, shows, reuniões e eventos virtuais e presenciais carregam em sua maioria barreiras comunicacionais, primeiro por não oportunizarem suas exposições em Libras, a ausência de intérpretes, além da falta de legendas.⁵ Se tratando de pessoas surdas com baixa visão, surdocegos⁶ e pessoas surdas com deficiências múltiplas, a

⁵ A partir das medidas de segurança sanitária, de 2020 ao início de 2022, diante do cenário de pandemia de COVID-19 no Brasil, houve uma grande busca por intérpretes de Libras para a veiculação de notícias a respeito do novo coronavírus, bem como outras atividades em ambientes virtuais. Uma consequência que conduziu as próprias plataformas de aplicativos a atualizá-los com a criação cada vez mais popular de legendas e outras ferramentas assistivas.

⁶ A educação de estudantes surdocegos é apontada por Cader-Nascimento (2020), como uma demanda urgente, se tratando de PCD com deficiências múltiplas, a pesquisadora alerta a necessidade de profissionais guia-intérprete, ou seja, um especialista que saiba conduzir a língua de sinais para



acessibilidade a meios de comunicação apresenta muito mais barreiras, pois está ausente de adaptações, recursos visuais e táteis para promover acesso ao veículo comunicativo.

Esses desafios alcançam o contexto escolar. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, escola tem uma responsabilidade legal com sua relação com a formação profissional, assim afirma a LDB de 1996:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996).

Referenciada em Bakhtin (2000) e Lodi (2006), a pesquisadora Lacerda (2016, p.18) cita a importância do encontro de semelhantes surdos para a constituição de seu eu, reconhecendo que “o eu e o outro se constituem mutuamente: o eu não existe sem o outro, assim como a autoconsciência só se desenvolve através do outro”, sendo fundamental que surdos adultos também participem da formação pedagógica de crianças surdas, previsto através do Decreto 5.626/05, que esses surdos adultos sejam qualificados para o ensino de Libras.

Vale considerar que os processos históricos de educação de pessoas surdas, segundo Lacerda (2016), apontam que profissionais surdos com formação para docência ainda são uma minoria no nosso país. A autora revela que a maioria dos surdos qualificados se encontra nas capitais e a contratação de surdos para o trabalho, segundo ela, ainda não deve levar em conta o Decreto, a fim de viabilizar a participação do profissional surdo nos processos educativos das crianças surdas.

Uma preocupação apontada por Quadros (2019) é o risco da extinção da Libras, cujos riscos decorrem de sua forma de transmissão. Primeiro pelo grande número de crianças surdas nascidas de pais ouvintes que não conhecem a Libras e em grandes números, crianças surdas crescem sem uma língua estabelecida, convivem com gestos e mímicas, ou terão contato tardio com uma língua de sinais.

A compreensão da educação como um direito precisa sobrepor as ideias mercantilistas, que hora segregadoras ou inclusivas, perpetuam ideais capitalistas, ou

surdocegos, cabe também a qualificação do/da professor/a frente a realidade de sua sala de aula, bem como a acessibilidade nos demais espaços.

PROMOÇÃO

APOIO





mais, como Saviani (1991) enfatiza que é importante perceber o caráter crítico e transformador da educação. O referido autor combate a pedagogia tradicional, a qual ele chama de pedagogia bancária, caracterizada pela passividade, enquadramento, memorização, verbalismo e pela transmissão de conteúdos, centrada na iniciativa do estudante, no diálogo e na troca de conhecimento. Esse processo da pedagogia tradicional não reflete acessibilidade e inclusão de PCD no contexto escolar.

Não conhecer a Língua Brasileira de Sinais em seu processo formativo, é como não incluir a comunidade surda, sobretudo surdos, ensurdecidos, surdocegos e PCD auditiva em seus variados níveis de perda auditiva. Pensar a educação para formação humana crítica, como Saviani (1991, p.100) conceitua como “uma atividade mediadora no seio da prática social global”, é pensar no convite à comunidade surda para participar do processo democrático da educação.

Projetar a educação alinhada à prática social global requer também pensar na Ética como fundamental para o processo educativo. A Ética é destacada por Barroco (2010) como modo de ser socialmente determinado e “tem sua gênese no processo de autoconstrução do ser social” (BARROCO, 2010, p. 20), sendo uma atividade humana “consciente, racional, projetiva, transformando os sentidos, de forma livre e criativa” (Idem), esse conceito filosófico depende obrigatoriamente das vivências humanas, requer a presença do outro, pois não é possível pensar a Ética sem as relações sociais, estas que se expressam nas construções sócio-históricas que se mostram complexa e contraditória diante da totalidade dinâmica.

A defesa da língua de sinais também se alinha à defesa da Ética no processo de humanização, o que os autores Netto e Braz (2012) destacam a respeito da humanização é que quanto mais o homem se humaniza, mais se torna ser social, e quanto mais se desenvolve como ser social, mais diversificadas são suas objetivações, tendo aqui como objetivação primária, o trabalho, mas que as mediações se mostram, inclusive, cada vez mais complexas, gerando necessidades e possibilidades de novas objetivações. Dentro dessa metamorfose e dinâmica, Netto e Braz (2012) destacam particularidades do ser social:

- 1 realizar atividades teleologicamente orientadas;
- 2 objetivar-se material e idealmente;
- 3 comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada;

PROMOÇÃO



APOIO

- 4 tratar suas atividades e a si mesmo de modo reflexivo, consciente e autoconsciente;
- 5 escolher entre alternativas concretas;
- 6 universalizar-se; e
- 7 sociabilizar-se. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 53)

A respeito da linguagem articulada mencionada no item 3, entende-se as línguas orais e línguas de sinais como linguagem articulada, com suas dinâmicas vivas, regras gramaticais, organizações, apropriações e transformações constantes, fundamentais para o ser social desenvolver-se em sua vida coletiva, transformar a natureza, o outro e a si.

É através da análise da invisibilidade de Surdos, como categoria política e a defesa de seus direitos linguísticos que se percebe o apagamento das línguas de sinais e as negações de direitos de usuários. Djamila Ribeiro (2020, p. 25) aponta “a reflexão de como a linguagem dominante pode ser utilizada como forma de manutenção do poder, uma vez que exclui indivíduos que foram apartados das oportunidades de um sistema educacional justo”, a autora reforça a mensagem sobre “grupos que sempre estiveram no poder passam a se incomodar com o avanço de discursos de grupos minoritários em termos de direitos.” (RIBEIRO, 2020, p. 55).

Em enfrentamento e defesa da escola como espaço que oportunize a modalidade de educação bilíngue para surdos, é importante que seja promovida a educação alinhada a um projeto ético-político e pedagógico que supere o imaginário capacitista, que permita retirar a pessoa surda de um não-lugar na sociedade, impulsionando-a a participar da sociedade através do acesso a seus direitos e no fortalecimento de sua autonomia.

Quando se pensa na existência de leis, direitos da comunidade surda, políticas linguísticas, questões de acessibilidade e políticas educacionais, trata-se de emancipação política, conforme admite Montaño e Duriguetto (2011, p. 131) “a ‘emancipação política’ é, portanto, fundamental para atingir a ‘emancipação humana’, mas não corresponde a ela, nem é garantia para sua conquista.” Isso porque, a emancipação humana exprime a eliminação de toda forma de desigualdade, dominação e exploração, sendo materializada diante da superação da ordem do capital, ou seja, a emancipação humana é incompatível com a ordem burguesa e

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



supõe sua superação. Pensar uma educação inclusiva é pensar a não reprodução da lógica excludente presente e a participação de PCD nesse processo político.

4 CONCLUSÃO

É primordial considerar que o movimento da comunidade surda não é dissociativo do processo de enfrentamento das contradições da sociedade burguesa. A importância de reconhecer as línguas de sinais, bem como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), como expressões oficiais das pessoas surdas é um fundamento para pensar políticas linguísticas e educacionais que respeitem a diversidade e singularidade humanas. Reconhecer, defender, difundir e valorizar uma segunda língua do Brasil, a Libras, é uma forma de oportunizar a humanização de pessoas surdas.

A perspectiva de educação bilíngue propõe o reconhecimento, o uso, a valorização e perpetuação das Línguas de Sinais, bem como a língua oral em sua modalidade escrita. Visa a autonomia política para se comunicar, planejar e executar ideias teleologicamente pensadas, para participar da vida coletiva e constitui, a língua, como característica do ser social.

É importante partilhar a contribuição do Serviço Social e sua relação com a luta da pessoa com deficiência, destacando as lutas de surdos, entende-se que há singularidades que não podem ser ignoradas e se alinham a defesa intransigente da classe trabalhadora e seus direitos fundamentais, visto que pessoas surdas não devem estar separadas da vida coletiva, das diversas organizações e mobilizações sociais. Afinal, a comunidade surda pertence à sociedade, ainda que esta – a sociedade – seja majoritariamente ouvinte e falante de uma língua oral, a diversidade linguística está presente nas diversas expressões comunicativas, culturais e sociais.

Não se deve esquecer o necessário enfrentamento anticapacitista em combate às diversas formas de violações contra Pessoas com Deficiências (PCD), presente nas diversas expressões do cotidiano e da vida coletiva. Entre PCD, tratando-se de pessoas surdas, essa luta caminha alinhada à defesa de direitos linguísticos que se estendem aos direitos fundamentais inerentes à proteção dos princípios da dignidade

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



humana, sem jamais distanciar-se da Ética e projetando-se à luz da superação de toda e qualquer desigualdade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **País tem 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva, diz estudo.** Rio de Janeiro: Agência Brasil. 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/brasil-tem-107-milhoes-de-deficientes-auditivos-diz-estudo>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. **Escrita de sinais sem mistérios.** 2. ed. ver. Atual. e ampl. Salvador: Libras Escrita, 2015.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética: fundamentos sócio-históricos.** 3. ed. Biblioteca básica de serviço social; v. 4. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 17 nov. 2022.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 29 jan. 2023.

CADER-NASCIMENTO, Fatima Ali Abdalah. Experiência no ensino de surdocegos nas escolas públicas do Distrito Federal. In: **Revista Sala de Recursos**, p. 23 – 28, out. – dez. 2020. Disponível em: <<https://saladerecursos.com.br/wp-content/uploads/2020/10/Art.-Fatima.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2022.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista.** 7. ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

IBGE. **Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: Censo Demográfico, 2010.

KUCHENBECKER, Liège Gemelli. **O feijãozinho surdo.** Trad. Ana Paula Gomes Lara, Erika Vanessa de Lima Silva. Canoas: ULBRA, 2009.

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. (org.). **Escola e diferença**: caminhos para educação bilíngue de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

LODI, Ana Cláudia Balieiro. **A leitura em segunda língua**: práticas de linguagem constitutivas da(s) subjetividade(s) de um grupo de surdos adultos. Cadernos CEDES, Campinas, v. 26, n. 69, p. 185-204, maio/ago. 2006.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. Biblioteca básica de serviço social; v. 5. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8. ed. Biblioteca básica de serviço social; v. 1. São Paulo: Cortez, 2012.

OMS – Organização Mundial de Saúde. **Relatório Mundial sobre Audição**. 2021. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/documentos/relatorio-mundial-sobre-audicao-ingles>>. Acesso em: 27 dez. 2022.

QUADROS, Ronice Müller de; LEITE, Tarcísio de Arantes. Língua de sinais do Brasil: reflexões sobre o seu estatuto de risco e a importância da documentação. In: QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi; LEITE, Tarcísio de Arantes. **Estudos da Língua Brasileira de Sinais II**. Florianópolis: Insular, 2013. p. 15-28.

_____. **Libras. Linguística para o ensino superior**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Feminismos plurais coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. Coleção polêmicas do nosso tempo. 24. ed. vol. 5. São Paulo: Cortez. 1991.

SKLIAR, Carlos. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

STREIECHEN, Eliziane Manosso. **Libras**: aprender está em suas mãos. 2. ed. Curitiba: CRV, 2017.

VELOSO, Éden; MAIA FILHO, Valdeci. **Aprenda LIBRAS com eficiência e rapidez**. vol.1. Curitiba: Mãos Sinais, 2009.

PROMOÇÃO



APOIO